

## **Covid-19: argumentos científicos, negacionismo, eugenia e a construção do discurso antidistanciamento social no Brasil**

Cláudia Malinverni<sup>1</sup>

Jacqueline Isaac Machado Brigagão<sup>2</sup>

A pandemia da covid-19 apresenta-se como muito preocupante para a maioria das pessoas nas diferentes partes do planeta. Essa preocupação está pautada por algumas características do sars-cov-2 e pelo estilo de vida contemporâneo. O vírus tem um alto potencial de disseminação no mundo globalizado – em meados de agosto de 2020, mais de 20,7 milhões de pessoas haviam se contaminado; parte desse contingente ficou gravemente doente, demandando internação hospitalar, e quase 780 mil pessoas morreram<sup>3</sup>. Ainda não há medicamentos capazes de curar a doença nem vacinas que possam prevenir a infecção. Esses fatores, associados ao desconhecimento e às incertezas acerca da evolução da infecção/doença, bem como de respostas imunológicas após a infecção, têm levado a um grande investimento em pesquisas científicas nos diversos campos da ciência, ao mesmo tempo em que a população busca incessantemente por informações a fim de dar sentido às próprias experiências.

Nesse contexto, a mídia de massa tem um papel social fundamental, já que, como fonte de informação historicamente reconhecida e confiável, vem disseminando e modelando os modos como as pessoas comuns pensam e lidam com os eventos do cotidiano pandêmico. Importante lembrar, as condições da verdade e da justificação social são os pilares que sustentam a crença no discurso jornalístico, que se torna confiável e crível à medida que consegue dar provas da veracidade do seu testemunho, no detalhamento dos fatos e da citação de fontes especializadas (Lisboa e Benetti, 2015).

É preciso ressaltar, contudo, que essa “prova de veracidade” não torna as notícias “espelhos” da realidade, sendo, antes, uma das narrativas possíveis sobre os acontecimentos sociais. Transformados em informação, esses acontecimentos são compartilhados entre os membros da sociedade e os jornalistas, que por sua vez reivindicam um monopólio do saber (definir o que é notícia), sendo, por isso, muito mais do que observadores passivos, mas participantes ativos na construção da realidade (Traquina,

---

<sup>1</sup> Doutora em ciências, jornalista, coordenadora editorial da Coleção Audioteca da Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.

<sup>2</sup> Doutora em psicologia social, livre docente da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo.

<sup>3</sup> Daily map of Johns Hopkins University & Medicine, available in <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>

2007). Embora criativa, a atividade jornalística é submetida a diferentes “tirantias”: do tempo de fechamento e dos formatos dos produtos jornalísticos; das hierarquias superiores (editores, chefes de reportagem e, frequentemente, os próprios donos do veículo); dos imperativos do jornalismo como negócio; da extrema competitividade; e da ação/pressão de diversos atores sociais em busca de colocar em destaque os seus acontecimentos (Traquina, 2007). Assim, do newsmaking redonda a capacidade do jornalismo de produzir fatos sociais, logo, instituir realidades, segundo os repertórios e enquadramentos que o jornalista escolhe usar.

Também tomamos a prática discursiva jornalística na perspectiva de Haak et al. (2012), segundo a qual o jornalismo, como um bem público, deve produzir informações e análises úteis para as sociedades democráticas, com base na transparência, na independência, no uso de fontes confiáveis e na análise detalhada do evento.

Neste texto consideramos a cobertura jornalística da covid-19 como produtora de sentidos e de fatos sociais (Spink, 2004), nos aproximando também da abordagem de Thompson (2014), para quem o processo de produção da notícia, qualquer que seja, ocorre sempre em um contexto sócio-histórico que permite a captura e a transformação pelos meios de comunicação de alguns acontecimentos cotidianos em mensagens (formas simbólicas) em detrimento de uma infinidade de outros. Assim, consideramos o contexto de excepcionalidade da pandemia, no qual pesquisadores e cientistas estão obrigados a acelerar sua produção, num ritmo nunca visto, para dar respostas clínicas à doença, orientar as políticas públicas e as ações estatais de gerenciamento da saúde pública em todo o mundo. Isso implica dizer que a maior parte dos conhecimentos produzidos acerca do sars-cov-2 e da doença que ele provoca é permanentemente revista, refutada e descartada.

O problema é que, sob essa produção frenética, os pressupostos refutados muitas vezes já alcançaram um patamar de disseminação e de absorção pelo senso comum e mesmo por autoridades públicas, o que, em razão de interesses diversos, torna impossível reverter seu uso. Ou seja, mantêm-se como pontos de vista ainda válidos. É dizer, mesmo quando já invalidados pela ciência continuam como um fato social que tem efeitos na vida das pessoas e nos modos como elas tomam suas decisões diante da epidemia. Daí a importância de jornalistas e empresas de mídia de massa estarem atentos às possíveis consequências dos conteúdos que veiculam.

Estamos nos referindo, portanto, ao papel decisivo das mídias de massa na estruturação do espaço público. Debate sensível em todo mundo, porque envolve o

controle do acesso à produção e circulação das informações transformadas em mensagens (conteúdo simbólico) por um número restrito de atores, segundo interesses particulares ou de grupos que as mídias representam (Thompson, 2014), esse aspecto é particularmente problemático no Brasil. Há no país uma histórica assimetria nas relações entre a mídia de massa e a sociedade, que estabelece o que Kucinski (2006) chama de “princípio de exclusão”, violando o direito humano à informação. Diferentemente do que ocorreu na maior parte das democracias liberais do Norte global, no Brasil, o mercado midiático é marcado pela homogeneidade ideológica, econômica e política, em geral pró establishment. Historicamente, desde o início, particularmente os veículos de imprensa reproduzem com grande fidelidade o modelo oligárquico da propriedade de terra, predominando na gestão dos jornais práticas “de favoritismo típicas da cultura de mando da grande propriedade rural” (Kucinski, 2006, p. 20).

Amplia a complexidade brasileira o modelo de negócios da mídia nacional. As empresas configuram-se oligopólios: propriedade horizontal, vertical e cruzada de diferentes meios (jornal, revista, rádio AM e FM, tevê aberta e paga, provedor de internet), no mesmo mercado, seja ele local, regional ou nacional. Esse processo foi acentuado com a privatização das telecomunicações, na década de 1990 (LIMA, 2011, 2001; MALINVERNI, 2011). Hoje, segundo a seção brasileira do MOM (Media Ownership Monitor)/Reporters Sans Frontières, oito grupos econômicos familiares controlam 26 dos 50 maiores veículos de comunicação de todo o país, segundo audiência e capacidade de agendamento, ou seja, potencial de influência sobre a opinião pública. Dividida em quatro grandes setores (impresso, rádio, TV e online), a pesquisa, que resultou no relatório “Quem controla a mídia no Brasil”, lançado no final de 2017, indica alerta vermelho no sistema midiático brasileiro pela alta concentração de audiência e de propriedade, alta concentração geográfica e falta de transparência, além de interferências econômicas, políticas e religiosas na produção da informação<sup>4</sup>.

Sete dos doze veículos que publicaram as notícias analisadas neste trabalho integram o grupo de controle acima descrito. O mais paradigmático deles é o grupo Globo, o maior oligopólio do setor no Brasil e na América Latina e um dos maiores do mundo, que detém mais da metade da audiência entre os quatro primeiros (36,9%). A concentração dos meios de comunicação em poucos grupos privados restringe a

---

<sup>4</sup> Realizado em parceria pela RSF e o coletivo Intervozes, o MOM-Brasil foi o 11º levantamento realizado no mundo e também o maior – até 2017, o número de veículos investigados chegou a no máximo 40. Disponível em: <http://brazil.mom-rsf.org/br/>

concorrência e, consequentemente, a diversidade na representação de distintos interesses da sociedade. Sem a possibilidade do contraditório, predomina na mídia nacional o que Lima (2011) chama de “pensamento único”.

Diante de dinâmica tão complexa – aqui tomada no sentido proposto por Law and Mol (2002), segundo o qual inúmeros atores, materialidades e sociabilidades performam as várias facetas de um fenômeno – e no escopo do ineditismo da pandemia, que se desenrola em tempo real, a cobertura jornalística é clivada por enormes desafios. Estes vão do imediatismo da tradução do conhecimento técnico-científico de diferentes campos à avaliação crítica acerca do que publicar e os seus possíveis efeitos no cotidiano.

Historicamente, num momento de emergência em saúde pública, a população e os jornalistas esperam obter informações confiáveis dos órgãos governamentais e das lideranças políticas, que devem basear suas ações em orientações das autoridades sanitárias. No Brasil, porém, além dessa complexidade inerente ao modelo de comunicação e à própria pandemia, as mídias de massa têm de lidar com outros desafios. O primeiro, como veremos nas análises, reportar dois discursos oficiais distintos sobre o controle da covid-19: o do presidente da República e seus apoiadores e o dos cientistas do campo da saúde, técnicos do Ministério da Saúde (nos primeiros meses), governadores e prefeitos favoráveis ao distanciamento social. E isso resultou na politização das ações de controle da doença.

O Brasil tem um Sistema Único de Saúde (SUS) que garante acesso universal a todos que estejam em território nacional, que é bem estruturado e organizado de modo descentralizado. Desde a promulgação da Constituição de 1988, cabe ao governo federal estabelecer as diretrizes e realizar a coordenação geral do setor, repassando verbas para os Estados e municípios, que fazem a gestão dos recursos e das ações de acordo com as demandas regionais/locais. Esse sistema conta com uma estrutura de vigilância sanitária e registro de dados consolidado e robusto, o que possibilita o acompanhamento das ações de saúde em todo o país. A pandemia, porém, atingiu o Brasil num momento de fragilização do SUS, já que, como afirmam Menezes et al. (2020), a partir de 2016 vem sendo implementada uma política de desfinanciamento da saúde com aprovação de uma emenda constitucional que congelou o orçamento federal para o setor por 20 anos. Essa política de desconstrução do SUS acentuou-se na gestão de Jair Bolsonaro, com efeitos negativos já perceptíveis: “Por exemplo, a perda de 8,5 mil médicos cubanos do Programa Mais Médicos, que atendiam a cerca de 30 milhões de brasileiros, em 2,9 mil municípios e em aldeias indígenas” (Menezes et al., 2020, p. 67).

Apesar desse processo de sucateamento, de janeiro a maio a equipe técnica do Ministério da Saúde, responsável pela gestão do SUS, desenvolveu ações assertivas em relação à pandemia, criando portarias, estabelecendo padrões de ação e orientando a população. O presidente da República, contudo, que se recusa a reconhecer a gravidade da pandemia, vem produzindo e divulgando, desde o princípio, contrainformações que desacreditam o discurso ministerial. Sob esse contexto, em 16 de abril Bolsonaro demitiu o ministro da Saúde, médico e político, e nomeou um novo titular para o órgão, um médico oncologista e empresário do setor da saúde que atua na iniciativa privada. De perfil mais técnico, ele permaneceu apenas 28 dias no cargo, pedindo demissão por discordar da posição do presidente em relação ao uso da hidroxicloroquina/cloroquina no combate à covid-19. Assim, desde 15 de maio, o cargo de ministro da Saúde é ocupado interinamente por um general sem qualquer formação em saúde, que nomeou outros militares igualmente sem formação especializada para cargos-chave no Ministério da Saúde, acentuando o desmonte do SUS e o descontrole da epidemia.<sup>5</sup>

O jornalismo brasileiro deu bastante espaço para essa polarização entre o presidente e seu grupo de apoiadores e o Ministério da Saúde, assim como à comunidade científica nacional e internacional sobre as medidas de distanciamento social. A análise das matérias indicou que muitas vezes a cobertura jornalística considerou equivalentes os dois discursos, mesmo sabendo que o presidente e seus apoiadores não tinham respaldo científico – pelo contrário, muitas vezes se baseavam em notícias falsas e cálculos sem fundamentação.

Para Gelbspan (1998, p. 57-58), discutindo a cobertura jornalística sobre o aquecimento global:

O cânone profissional da justiça jornalística exige que os repórteres que escrevem sobre uma controvérsia apresentem pontos de vista conflitantes. Quando a questão é de natureza política ou social, a justiça – apresentando os argumentos mais convincentes de ambos os lados com igual peso – é uma verificação fundamental para a reportagem tendenciosa. Mas esse cânone causa problemas quando é aplicado a questões de ciência. Parece exigir que os jornalistas apresentem pontos de vista concorrentes sobre uma questão científica como se tivessem igual peso científico, quando na verdade não têm (tradução nossa).

Nesse sentido, é fundamental que jornalistas cobrindo temas que envolvam a ciência saibam traduzir os conceitos e reconhecer as evidências fortes para não cair no

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-25/nem-o-pior-ministro-da-saude-fez-o-que-exercito-esta-fazendo-desmontando-a-engrenagem-do-sus.html>

equivoco denominado por Pitts (2018) de “*both-sideism*” (ambos os lados). Rosen (2010), discutindo essa estratégia jornalística, afirma que muitas vezes ela é adotada em busca de uma “objetividade” pela qual o jornalista falaria de um suposto lugar de neutralidade, ou “*a view from nowhere*” (em livre tradução, “uma visão de lugar nenhum”), que assim não poderia ser acusado de favorecimento a uma das posições. Para Sousa (2002), essa posição é tributária de duas forças ideológicas que modulam as notícias: a da objetividade e a do profissionalismo. A primeira explica a orientação descritiva e factual das notícias, sua ambição mimética em relação à realidade que tornam explícita e a identificação sistemática das fontes de informação nos enunciados noticiosos; a segunda finca-se na crença de que a rotina produtiva e a experiência profissional são instrumentos suficientes de isenção jornalística. Sustentando-se em códigos deontológicos construídos ao longo da história, o jornalista atuaria como “autoridade profissional” investida do direito e da obrigação de mediar e simplificar a informação acerca dos acontecimentos cotidianos (Traquina, 2007). Ou seja, sob um difuso jargão “interesses da sociedade”, a imprensa tem um salvo-conduto discursivo que a “autoriza” a prescrever normas e práticas, ao mesmo tempo em que serve como “escudo argumentativo” que protege e exime jornalistas e, principalmente, os proprietários dos veículos de comunicação das consequências das suas práticas discursivas (Malinverni et al., 2012). Essa estratégia, porém, impede uma análise profundada e a produção de informações precisas baseadas no regime de verdade – baseado no sistema perito.

Outros desafios que os jornalistas enfrentam são a precarização do trabalho nas redações e a não especialização em saúde (MALINVERNI, 2016), acentuados na última década com a crise financeira das empresas de comunicação, sobretudo o jornalismo impresso, no lastro do desenvolvimento das mídias digitais (Castilho, 2015), o que afeta diretamente a qualidade do noticiário. Vukasovich e Vukasovich (2016) indicam, ainda, a globalização e as pressões incessantes do *newsmaking* como outros dois elementos de grande impacto sobre a qualidade da cobertura jornalística.

## **Metodologia**

Neste trabalho realizamos a análise de discursiva da cobertura jornalística sob dois grandes eixos temáticos: imunidade de rebanho e isolamento vertical.

Utilizando o buscador Google, foram pesquisadas notícias sobre a epidemia de sars-cov-2 no Brasil utilizando quatro descritores: (1) imunidade de rebanho e coronavírus; (2) imunidade de rebanho e Imperial College; (3) isolamento vertical; e (4)

Bolsonaro e isolamento vertical. Critérios de inclusão: as três primeiras páginas de resultados apresentadas pelo Google; artigos publicados por mídias impressas, portais de notícias de massa de grande visitação e links de acesso aberto. Critérios de exclusão: blogs não vinculados a mídias de massa, organizações governamentais e não governamentais; mídias de baixa repercussão; vídeos e links de acesso exclusivo a assinantes; textos reproduzidos *ipsis littere* em outros portais.

O recorte temporal para seleção dos artigos foi de 16 de março a 30 de abril de 2020, o que abrange cinco dias antes da data de confirmação pelo Ministério da Saúde da transmissão comunitária da doença no país (20 de março) e a declaração de emergência sanitária pela maior parte dos governos estaduais e municipais.

Na primeira etapa de sistematização foram localizados 101 textos, dos quais, após aplicação dos critérios acima descritos, 36 foram selecionados para análise: 8 artigos no descritor 1; 8 no descritor 2; 11 no descritor 3; e 9 no descritor 4. Todos os textos foram copiados em Word e, posteriormente, integralmente lidos e analisados. As matérias selecionadas foram publicadas em 12 portais, vinculados a nove grupos midiáticos: UOL, *Folha de S.Paulo* e Bol/UOL (Grupo Folha); *O Globo* (Organizações Globo); *Saúde Estadão* (Grupo Estado); *Saúde Abril* e *Veja* (Grupo Abril); *Gazeta do Acre* (independente); *IstoÉ Dinheiro* (Editora Três); *BBC News Brasil* (filial da BBC, controlada pelo governo britânico); *El País Brasil* (grupo espanhol PRISA); e *CNN Brasil* (filial da norte-americana CNN). Os quatro primeiros, como já mencionado, estão entre as organizações que controlam mais da metade do mercado de comunicação. Historicamente, operam sob a lógica do *establishment*, com episódicas demonstrações de divergências, que dão aos seus produtos a aparência de pluralidade. Raramente dão apoio explícito a algum candidato ou partido político, embora na cobertura jornalística sejam sempre mais favoráveis às pautas posicionadas ao centro ou à direita do espectro político. Essa perspectiva é compartilhada pela *IstoÉ Dinheiro* e *CNN Brasil*, esta em operação no país a partir de meados de março deste ano.

A *Gazeta do Acre* é o único veículo independente, ou seja, não ligado a um conglomerado midiático. Foi fundada por dois repórteres oriundos de um jornal alternativo que, nos anos 1970, desafiou a censura imposta pelo regime militar e reportou a violência cotidiana dos grandes latifundiários contra os pequenos extrativistas seringueiros – entre eles o ambientalista acreano Chico Mendes, assassinado por um grileiro de terras em 1988. *El País Brasil* e *BBC News Brasil* seguem a linha mais liberal de cobertura jornalística de suas matrizes. Essas características podem explicar porque

apenas esses três veículos adotaram uma abordagem mais crítica ao discurso bolsonarista, como veremos a seguir.

Na análise, adotamos a perspectiva teórica das práticas discursivas (Spink, 2004), que foca na linguagem em uso, uma prática social analisada na interface entre os aspectos performativos da linguagem (quando, em que condições, com que intenção, de que modo) e as condições de produção (entendidas aqui tanto como contexto social e interacional, quanto no sentido foucaultiano de construções históricas). Nessa abordagem, a noção de repertórios interpretativos de Potter e Wetherell (1988, p. 172) é central:

Os repertórios podem ser vistos como blocos de construção que os falantes usam para construir versões de ações, processos cognitivos e outros fenômenos. Qualquer repertório particular é construído a partir de uma gama restrita de termos usados de uma forma estilística e gramatical específica. Normalmente, esses termos são derivados de uma ou mais metáforas-chave e a presença de um repertório frequentemente será assinalada por certos tropos ou figuras de linguagem.

A dinâmica de circulação dos repertórios interpretativos no fluxo de produção de sentidos atualiza conteúdos e processos presentes na história de uma sociedade. Buscamos esses padrões na cobertura jornalística sobre os dois temas estudados, explicitando os conteúdos das discussões e demarcando os sentidos que eles produzem, bem como situando os contextos de produção dos artigos. Por isso, ao longo do texto, trazemos episódios e acontecimentos que contextualizam o cenário e nos ajudam a compreender o processo de produção das notícias, uma vez que, como afirmam Rosen et al. (1997, p. 3; tradução nossa), “[...] *o jornalismo em si, a arte de contar nossa história coletiva, nunca é independente do país e da cultura em que a história é contada*”.

### **As estratégias de distanciamento social e a imunidade rebanho no Brasil**

As estratégias de distanciamento social e de imunidade de rebanho já circulavam na mídia brasileira antes da declaração oficial de transmissão sustentada do sars-cov-2 no país. Realizamos a pesquisa associando o descritor “Imunidade de rebanho” ao coronavírus e ao Imperial College. A seguir, apresentamos os principais resultados da análise discursiva, discutindo os sentidos produzidos pelas matérias encontradas nesses descritores.



O primeiro artigo com o descritor imunidade de rebanho (“O que é ‘imunidade de grupo’, a polêmica estratégia do Reino Unido para combater o coronavírus<sup>6</sup>) data de 16 de março e foi publicado em dois grandes portais de notícias brasileiros; seu tema central é a polêmica em torno das medidas adotadas pelo Reino Unido. O artigo traz as críticas sofridas pelo governo britânico que, ao contrário de países como Itália, Espanha e França, tinha decidido não adotar a estratégia de supressão social total (*lockdown*), apostando na livre circulação do vírus para, consequentemente, levar a população à imunidade de rebanho (estratégia de mitigação). De acordo com esse texto, a medida de mitigação ajudaria a preservar a economia, já que manteria em funcionamento todas as atividades. A principal crítica veio da comunidade científica, para a qual a mitigação levaria a um crescimento descontrolado do número de pessoas contaminadas pelo sars-cov-2, com inevitável crescimento de infectados e sobrecarga do Sistema Nacional de Saúde (NHS) britânico, devido à demanda dos casos graves por internação hospitalar. Essa discussão permeou os 16 artigos analisados no descritor “Imunidade de rebanho”, incorporando progressivamente referências aos relatórios do Imperial College.

Todos os artigos analisados, ao discutir imunidade de rebanho em algum momento referem-se ao Reino Unido e/ou ao seu primeiro-ministro, Boris Johnson, e sua equipe; os Estados Unidos e o seu presidente, Donald Trump, foram citados em seis artigos. Assim, podemos dizer que a discussão sobre distanciamento social no Brasil esteve intimamente atrelada a medidas e pronunciamentos das autoridades políticas britânicas e norte-americanas. Ou seja, apesar da imunidade de rebanho ter sido pensada e discutida em outras cidades/países da Europa, predominaram no noticiário brasileiro as perspectivas de Reino Unido e EUA.

Além dos posicionamentos das autoridades políticas, os relatórios científicos do Imperial College também foram muito comentados na mídia brasileira, por isso, os incluímos como descritor. Essa instituição aparece muitas vezes como responsável por publicar estudos que fizeram Reino Unido e Estados Unidos desistir da estratégia de mitigação. A maioria dos artigos, publicados entre 17 de março e 24 de abril, faz referência direta ao relatório específico do Imperial College, divulgado no dia 16 de março, apresentando os cálculos de letalidade da doença e o número de doentes para cada estratégia comportamental adotada pelos dois países. Apenas uma matéria, de 26 de

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/bbc/2020/03/16/o-que-e-a-imunidade-de-grupo-a-polemica-estrategia-do-reino-unido-para-combater-coronavirus.htm>

março, cita o relatório que traz estimativas dos possíveis efeitos das diferentes estratégias não farmacológicas no Brasil.

É interessante observar que no conjunto dos artigos que discutem imunidade de rebanho – 17 selecionados e 8 analisados – há explicações sobre o que é a estratégia. Mas a maioria (5 artigos) promove uma simplificação que pode ser observada quando analisamos a autoria dos textos: em apenas três os autores eram especialistas. O primeiro deles, acima mencionado, produzido pela *BBC News Brasil*, é assinado por um jornalista estrangeiro, especialista em comunicação científica. O segundo – “Coronavírus: quase todo mundo tem que pegar para a pandemia passar?”<sup>7</sup>, em 25 de março, na coluna de saúde do portal da revista *Veja* – foi escrito por dois pesquisadores brasileiros da área de microbiologia que atuam como divulgadores científicos. Nesse artigo fica evidente o esforço de tradução do conhecimento perito para o leitor comum, não especializado, de maneira clara e simples, com foco nas razões pelas quais a imunidade de rebanho não poderia ser legitimada pela ciência para orientar as políticas públicas contra o sars-cov-2. O terceiro artigo – “Quem é imune ao coronavírus?”<sup>8</sup>, publicado em 14 de abril na *Folha de S.Paulo*/portal UOL – foi escrito por Marc Lipsitch, professor do Departamento de Epidemiologia, Imunologia e Doenças Infecciosas da Universidade Harvard. Publicado originalmente no *New York Times*, é uma tradução direta. Os três artigos têm em comum a preocupação em explicar o que é imunidade de rebanho, ancorando-se em conhecimentos científicos.

Outro fator que pode explicar as simplificações e as abordagens superficiais da temática da imunidade de rebanho pela mídia brasileira diz respeito às fontes consultadas e utilizadas nas matérias. Tradicionalmente, a produção de matérias sobre saúde inclui a consulta a especialistas que reconhecidamente podem discorrer com autoridade, produtividade e credibilidade sobre o tema, conferindo assim legitimidade e confiabilidade às informações veiculadas (Tuchman, 1983; Traquina, 2007). Porém, em relação à discussão sobre imunidade de rebanho, nas matérias analisadas poucas vezes foram consultados epidemiologistas, os especialistas mais indicados para falar sobre esse tema. Entre as fontes médicas, foram priorizadas as opiniões de virologistas, infectologistas e imunologistas; apenas quatro epidemiologistas foram ouvidos – dois

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://saude.abril.com.br/blog/cientistas-explicam/coronavirus-quase-todo-mundo-tem-que-pegar-para-a-pandemia-passar/>

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/quem-e-imune-ao-coronavirus.shtml>

brasileiros, um norte-americano e um indiano. Isso pode ter contribuído para a polarização das medidas de distanciamento social, já que orientações pautadas pela epidemiologia explicariam com maior clareza os efeitos catastróficos da epidemia sobre o sistema de saúde e, consequentemente, para a vida das pessoas caso a imunidade de rebanho “natural” fosse adotada no país.

Os artigos que citam os relatórios do Imperial College abordaram o tema de modo a trazer, junto com as projeções dos seus modelos matemáticos a favor da supressão, os argumentos contrários a essa medida, bem como os efeitos “nefastos” para a economia do distanciamento social amplo e irrestrito.

O conceito de imunidade de rebanho tem uma base científica longa e legítima, que postula a infecção de uma percentagem da população suficiente para bloquear a transmissão de um vírus, portanto, capaz de contê-lo ou mesmo erradicá-lo num determinado território. Desde o início dessa discussão, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e os cientistas do mundo todo têm explicado que esse conceito é utilizado para pensar a imunização através de vacinas, logo, investir na imunidade natural de rebanho contra a covid-19 sobrecarregaria os sistemas de saúde, causando centenas de milhares mortes evitáveis.

Os posicionamentos a favor dessa estratégia entre alguns governantes parecem orientados pelas teorias malthusianas, segundo as quais algumas populações podem ser consideradas como excedentes e fracas, como os idosos (Mezzadra, 2020). Desse modo, poderiam ser “naturalmente” extintas por pandemias, caso da covid-19. Hannah et al. (2020) observam que, ao defender a imunidade de rebanho, os governantes assumem que os interesses biopolíticos do capital têm preferência sobre os interesses biopolíticos da vida. Um dos artigos do *corpus* evidencia que as questões econômicas foram decisivas na discussão sobre imunidade de rebanho. O texto “Especialistas recomendam imunidade de rebanho para países pobres”<sup>9</sup> – produzido pela Bloomberg, agência de notícias do mercado financeiro, e publicado na coluna de economia do UOL no dia 22 de abril –, apresenta a imunidade de rebanho como única alternativa para os países pobres e jovens como a Índia. O jornalista traz os argumentos de um epidemiologista indiano e de pesquisadores do Center for Disease Dynamics Economics and Policy e da Universidade de Princeton em defesa dessa estratégia:

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2020/04/22/especialistas-recomendam-imunidade-de-rebanho-para-paises-pobres.htm>

*[...] permitir que o vírus circule de maneira controlada pelos próximos sete meses proporcionaria imunidade a 60% da população do país até novembro e, assim, conteria a doença. A mortalidade poderia ser limitada enquanto o vírus se propagasse, em comparação com países europeus, como a Itália, já que 93,5% da população indiana tem menos de 65 anos, disseram, embora não tenham divulgado projeções sobre o número de mortos.*

O texto é muito sintético, mas evidencia que se trata de uma estratégia arriscada, concluindo que naquele momento sabia-se pouco sobre a imunidade ao coronavírus.

A possibilidade de usar a estratégia de imunidade de rebanho para minimizar os efeitos da pandemia na economia foi discutida hipoteticamente, estando presente em grande parte dos artigos analisados, mas não era indicada como uma solução viável. Por exemplo, os textos que mostraram essa discussão no Reino Unido buscaram esclarecer que o governo britânico desmentiu que estivesse buscando a imunidade de rebanho. Isso porque moralmente seria inaceitável essa proposta, uma vez que os dados de letalidade conhecidos então indicavam que ela implicaria a aceitação e o reconhecimento de que no mínimo 1% da população poderia morrer, além é claro do alto número de internações hospitalares, o que colapsaria o sistema de saúde.

Nos 16 artigos analisados dos descritores 1 e 2 apenas um traz uma abordagem crítica e apresenta as projeções do Imperial College para o Brasil. Trata-se da matéria “Pandemia de coronavírus: o melhor cenário é desastroso”<sup>10</sup>, publicada em 30 de março no portal da *Gazeta do Acre*, de circulação restrita ao estado do Acre, no extremo Norte do país. O texto apresenta os cálculos para a cidade-sede do jornal, a capital Rio Branco, informando a quantidade de pessoas que adoeceriam e morreriam caso não fosse adotada a supressão. As outras matérias trataram genericamente do tema, sem se preocupar em informar sobre os efeitos das diferentes medidas nos contextos locais das cidades brasileiras e suas desigualdades.

Nos artigos desse *corpus* o único argumento a favor da imunidade de rebanho que não teve enquadramento econômico foi o da suposta prevenção de uma segunda onda da doença, já que nos países que haviam adotado medidas restritivas apenas uma pequena parcela da população teria tido contato com o vírus e, com isso, ele voltaria a atingir essas populações novamente.

Antes de prosseguirmos na discussão é importante apresentar os dados do contexto brasileiro. A partir de 11 de março, alguns governadores e prefeitos começaram

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://agazetadoacre.com/2020/03/pandemia-de-coronavirus-o-melhor-cenario-e-desastroso/>

a decretar medidas não farmacológicas para lidar com a pandemia, seguindo o Ministério da Saúde e criando comitês científicos. Ao longo de todo aquele mês vários Estados e municípios suspenderam as aulas em todos os níveis educacionais, proibiram a realização de eventos e cultos religiosos; e fecharam os estabelecimentos comerciais e de serviços não essenciais, mantendo apenas unidades de saúde, drogarias mercados, além de bares, restaurantes e padarias, estes exclusivamente para delivery. Essas medidas encontraram forte resistência de empresários e políticos, especialmente do presidente da República e sua base de apoio político e social.

Desse modo, a partir de meados de março e durante todo o mês de abril, a mídia passou a incluir nas discussões sobre a epidemia os prejuízos à economia que as medidas de distanciamento social provocariam e seus efeitos no cotidiano das pessoas. Nesse contexto, as notícias passaram a construir sua narrativa em torno da noção “dois lados”, um favorável à imunidade de rebanho e outra, ao distanciamento social. Como dissemos anteriormente, essa falsa equivalência entre argumentos cientificamente embasados e argumentos frágeis e sustentados em hipóteses é prejudicial à cobertura de temas científicos (Gelbspan, 1998).

No que diz respeito à imunidade de rebanho, essa abordagem estava presente em grande parte das matérias analisadas – apenas dois artigos rompem com essa lógica. No primeiro, intitulado “Epidemiologista contrapõe Osmar Terra e vê Brasil longe do fim da epidemia”<sup>11</sup>, de 14 de abril, publicado no portal UOL, o jornalista apresenta os argumentos de um epidemiologista para desconstruir os argumentos apresentados por um deputado federal, Osmar Terra<sup>12</sup>, da base de apoio e conselheiro de Bolsonaro. Personagem central do texto e antagonista de Osmar Terra, o epidemiologista, que também é reitor de uma universidade federal, demonstra com dados e evidências científicas que o país estava muito longe de atingir a imunidade de rebanho, apontando ainda a polarização política da discussão sobre distanciamento social:

*A discussão sobre distanciamento social em toda mídia está baseada em ideologia e não ciência. Tem um grupo de pessoas que acham que tem que*

---

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2020/04/14/brasil-esta-longe-do-final-da-epidemia-e-de-imunizacao-diz-epidemiologista.htm>

<sup>12</sup> Médico, ex-secretário da Saúde do Rio Grande do Sul e ex-ministro dos presidentes Michel Temer (que assumiu a presidência da República, em 2016, depois do golpe parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff) e do próprio Bolsonaro, Terra havia participado, no dia anterior de um debate sobre a epidemia promovido pelo próprio UOL, um dos maiores portais de notícias do país. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/13/governistas-criticam-isolamento-e-minimizam-briga-bolsonaro-x-mandetta.htm>

*relaxar e votaram no mesmo candidato [Bolsonaro], e as outras pessoas que votaram contra e são a favor de distanciar.*

A percepção do epidemiologista sobre o papel da mídia nessa polarização é muito precisa. Osmar Terra é um deputado federal que, apesar de graduado em medicina e de ter ocupado um cargo de secretário da Saúde, não é especialista nesse tema. Destacamos que, de acordo com o levantamento feito pelo site Radar aos Fatos, que realiza a checagem e verificação de *fake news*, ele foi o parlamentar que mais divulgou notícias falsas sobre a covid-19<sup>13</sup>. Mais do que isso, o fato de haver um link para o vídeo onde o deputado reproduz notícias falsas sinaliza que o próprio portal de notícias UOL contribuiu para a disseminação de uma opinião que, assentada em visões anticientíficas, não apenas fomentou a polarização política do cenário epidêmico como confundiu a população. Essa polarização indica um enquadramento narrativo típico da cobertura política, pelo qual a realidade é tomada como “[...] um campo em conflito, um mundo bipolar de hostilidades sucessivas” (MOTTA, 2007, p. 10), que alimenta o confronto em sucessivas afirmações e desmentidos das fontes, num jogo dramático assentado na noção de contraditório. No caso dessa cobertura, a opção narrativa pelos “dois lados opostos” do fenômeno não faz sentido, porque, ao dar equivalência e o mesmo peso e espaço para as evidências científicas e as posições da maioria dos cientistas nacionais e internacionais e as opiniões de um grupo reduzido de políticos negacionistas que têm agenda anticiência a mídia rompe com seu compromisso social de informar corretamente a população sobre fenômenos e eventos que impactam seu cotidiano, caso da epidemia de covid-19.

O segundo artigo do descritor “imunidade de rebanho” – o já mencionado “A pandemia de corona vírus: o melhor cenário é desastroso”, da *Gazeta do Acre* – foi o único entre os 16 analisados a situar criticamente os ataques de Bolsonaro e de seus apoiadores às medidas de supressão. O texto, que tem como autoria “Redação”, classifica as afirmações de Bolsonaro como infundadas e absurdas:

*No momento, a maioria dos países, o Ministro da Saúde do Brasil, Governadores e prefeitos de todo o país, baseados em diretivas emitidas pela OMS, estão tentando adotar o método de supressão para controlar a epidemia no Brasil.*

*Entretanto, o presidente Bolsonaro e um grupo pequeno de assessores e conselheiros dele (que inclui seus filhos) são as únicas vozes dissonantes e*

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/deputados-divulgam-fake-news-sobre-coronavirus-para-ecoar-discurso-de-bolsonaro.shtml>

*estão ativamente advogando a adoção da estratégia de mitigação para controlar a disseminação do vírus no Brasil.*

*É uma minoria barulhenta, diga-se de passagem. Graças ao controle que o presidente e seus filhos tem sobre seus milhares de fanáticos seguidores, as redes sociais estão inundadas das mais estapafúrdias campanhas em favor dessa opção de controle (grifos nossos).*

### **Da “vertical interdiction” para o “isolamento vertical”, o uso de argumentos científicos pelo negacionismo**

A análise demonstrou que o uso da terminologia “isolamento vertical” foi imposto pelo próprio presidente Bolsonaro e naturalizado pela mídia. No dia 24 de março, em pronunciamento em cadeia de rádio e TV<sup>14</sup>, ele conclamou a população a abandonar as medidas de distanciamento social, então recomendadas pelo Ministério da Saúde, e, como já mencionado, adotadas por diversos governadores e prefeitos. Sua proposta: manter em confinamento apenas os chamados grupos de risco – no país, idosos a partir de 60 anos e portadores de doenças crônicas, além dos casos sintomáticos. Na fala, que chocou a comunidade científica nacional e internacional e os brasileiros que haviam aderido à estratégia – no início da transmissão comunitária ao menos 50% da população manteve-se em distanciamento social, em diversas regiões –, Bolsonaro afirma que a covid-19 seria apenas “uma gripezinha”, um “resfriadinho” inofensivo para a maioria dos jovens e pessoas saudáveis que, como ele, tinham “histórico de atleta”<sup>15</sup>. Na manhã do dia seguinte (25), perguntado por um jornalista sobre como o país protegeria esses grupos vulneráveis, ele respondeu: “[...] tem o isolamento horizontal, que estão fazendo aqui, e tem o vertical. É o vertical [para os grupos de risco]”<sup>16</sup>.

A terminologia isolamento vertical ressoou com intensidade nos jornais e portais de notícias, e, a partir do dia 25 de março, foi título dos 20 artigos analisados nos descritores 3 e 4 (“Isolamento vertical” e “Bolsonaro e isolamento vertical”). Ao explicar o conceito proposto pelo presidente, três textos citaram as hipóteses de David L. Katz, médico especialista em alimentação e nutrição<sup>17</sup>, publicadas num artigo no *The New York Times*, em 20 de Março de 2020, e 1 trouxe também o artigo do epidemiologista John

<sup>14</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fy9dqEsjkVk>

<sup>15</sup> Link para o pronunciamento.

<sup>16</sup> A partir dos 7m14s, em [https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=vp3A\\_8vywC0](https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=vp3A_8vywC0).

<sup>17</sup> Ele é presidente da True Health Initiative e diretor-fundador do Yale-Griffin Prevention Research Center.

Ioannidis<sup>18</sup>, veiculado em 17 de março, no site StatNews. Ambos críticos às medidas de supressão social propostas e adotadas em alguns países asiáticos e europeus.

A análise sugeriu também que a terminologia “isolamento vertical” circulou nas mídias nacionais como uma tradução dos argumentos propostos por Katz, por sua vez ancorada nas discussões em torno da imunidade de rebanho e nas estratégias iniciais de mitigação adotadas por Reino Unido e EUA para lidar com a pandemia. Logo rejeitada pela comunidade científica, “isolamento” como sinônimo de distanciamento continuou a circular nos jornais e portais de notícias brasileiros, sendo ainda hoje amplamente empregada nesse sentido.

O artigo de Katz (“Is our fight against coronavirus worse than the disease?”<sup>19</sup>) foi publicado cinco dias antes da entrevista de Bolsonaro. Nele, o norte-americano emprega conceitos clássicos da epidemiologia para fazer uma análise falaciosa, porque assentada em uma base de dados sobre a pandemia ainda frágil, como veremos na análise a seguir. Usando repertórios da epidemiologia, ele enquadra o distanciamento social como uma estratégia de “guerra” potencialmente nefasta, cujas consequências socioeconômicas e sobre os sistemas de saúde poderiam ser piores do que as da própria doença. Desde o título, Katz faz uso de metáforas militaristas, uma longa e recorrente estratégia discursiva em todas as dimensões da divulgação da ciência e da medicina<sup>20</sup>, para construir sua tese de redução dos custos da “guerra” contra o novo coronavírus.

Ele sustenta seus argumentos na leitura de dados da Coreia do Sul, que indicavam que 99% dos casos de covid-19 eram leves, enquanto a letalidade da doença atingia basicamente os mais vulneráveis. Ainda empregando uma metáfora de guerra, Katz conclui que o mais indicado seria um “ataque cirúrgico”, nomeado “*vertical interdiction*” (interdição vertical), que consistiria em proibir a circulação somente das pessoas mais vulneráveis e expor ao vírus a maior parte da população, atingindo assim a imunidade de rebanho. No texto, ainda que mencione os impactos sociais do distanciamento, fica claro que a preocupação do especialista é de ordem econômica:

Estou profundamente preocupado que as consequências sociais, econômicas e de saúde pública deste colapso quase total da vida normal – escolas e empresas fechadas, reuniões proibidas – sejam duradouras e calamitosas, possivelmente mais graves do que o tributo direto do próprio vírus. O mercado de ações vai

<sup>18</sup> Estatístico e co-diretor do Centro de Inovação e Pesquisa da Universidade de Stanford.

<sup>19</sup> Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/03/20/opinion/coronavirus-pandemic-social-distancing.html>

<sup>20</sup> WENNER. M. (2007). The war against war metaphors. The Scientist, Feb 15, available in <https://www.the-scientist.com/daily-news/the-war-against-war-metaphors-46786>



se recuperar no tempo, mas muitas empresas nunca o farão. O desemprego, o empobrecimento e o desespero passíveis serão flagelos de saúde pública de primeira ordem (KATZ, 2020, parág. 12; tradução nossa).

Igualmente, os argumentos de Ioannidis – no artigo “We know enough now to act decisively against Covid-19. Social distancing is a good place to start”<sup>21</sup> – focava nos efeitos econômicos das medidas de distanciamento:

Se essa for a taxa [de letalidade] verdadeira, bloquear o mundo com consequências sociais e financeiras potencialmente tremendas pode ser totalmente irracional. É como um elefante sendo atacado por um gato doméstico. Frustrado e tentando evitar o gato, o elefante acidentalmente pula de um penhasco e morre.

As hipóteses de Ioannidis e, principalmente, de Katz agregavam elementos muito úteis aos interesses dos negacionistas, aqui tomados na acepção de Hoofnagle e Hoofnagle (2007), referendada por Diethelm e McKee (2009), para quem o discurso negacionista é construído em torno de argumentos retóricos que dão aparência de debate legítimo onde ele sequer existe, sendo, por isso, falsos argumentos, usados

[...] alguém tem poucos ou nenhum fato para apoiar seu ponto de vista contra um consenso científico ou contra evidências contundentes em contrário. Eles são eficazes para desviar a atenção do debate útil real usando afirmações emocionalmente atraentes, mas, em última análise, vazias e ilógicas (Hoofnagle & Hoofnagle, 2007).

A negação é construída a partir de cinco táticas discursivas que, juntas ou isoladamente, produzem discursos pseudocientíficos (Hoofnagle & Hoofnagle, 2007; Diethelm & McKee, 2009). Três delas evidenciam como os argumentos dos dois especialistas norte-americanos ajudaram a sustentar o negacionismo do presidente Bolsonaro e seus apoiadores: (1) a seletividade na escolha de dados científicos fora de contexto para sugerir que eles estão errados; (2) o uso de especialistas cujas opiniões são inconsistentes com o conhecimento estabelecido pelos cânones científicos; e (3) o recurso a artigos isolados que desafiavam o consenso dominante como meio de desacreditar todo o campo.

No Brasil, as hipóteses de Ioannidis e, sobretudo, de Katz foram expostas na mídia para explicar o “isolamento vertical” proposto por Bolsonaro. As matérias traziam também as críticas de especialistas brasileiros e internacionais a essa estratégia. É o que se depreende do artigo “O que é o isolamento vertical que Bolsonaro quer e por que

---

<sup>21</sup> Disponível em: <https://www.statnews.com/2020/03/18/we-know-enough-now-to-act-decisively-against-covid-19/>

especialistas temem que cause mais mortes?”<sup>22</sup>, publicada no portal da *BBC News Brasil*, em 25 de março. Nela, os argumentos dos dois especialistas norte-americanos são rejeitados pela comunidade científica, em razão da sua natureza hipotética, assentada em dados frágeis e numa análise parcial que não incluía a capacidade de resposta do sistema de saúde, no caso, o norte-americano. Uma das fontes contrárias trazidas na notícia é Harry Crane, professor de estatística da Universidade Rutgers, para quem o erro deles foi

*[...] se deixar levar pelo desejo de negar uma situação que pode causar desespero “Sob grave incerteza, é instinto natural e bom senso esperar pelo melhor, mas se preparar para o pior”, escreveu Crane, em resposta ao artigo de Ioannidis. Isso porque a taxa de mortalidade não depende apenas dos quadros de saúde que o próprio vírus pode produzir, mas da capacidade de resposta das sociedades de tratar esses doentes.*

O texto deixa claro que, enquanto as hipóteses dos dois especialistas foram refutadas por seus pares, rapidamente foram abraçadas por políticos e economistas neoliberais, tornando-se “[...] música para os ouvidos de equipes econômicas governamentais que tentam fechar as contas públicas em meio à perspectiva de recessão” (BBC NEWS BRASIL, 2020). A jornalista autora do texto sustenta essa afirmação citando um trecho do editorial *The Wall Street Journal*, publicado na esteira do artigo de Ioannidis:

*“A América precisa urgentemente de uma estratégia de pandemia mais econômica e socialmente sustentável que o atual confinamento”, resumiu o editorial do jornal The Wall Street Journal, conhecido por expressar o pensamento da elite econômica americana, há uma semana.*

No mesmo artigo, a jornalista afirma que as conclusões de Katz e Ioannidis ganharam adeptos na equipe do ministro da Economia brasileiro, “[...] em busca de uma saída mais suave para a crise da saúde pública”.

Mas foi, sobretudo, a base de apoio político de líderes negacionistas que se serviu das hipóteses dos dois especialistas, passando a utilizá-las para contestar as medidas de distanciamento social. Na matéria “Por que isolamento vertical é visto com ceticismo?”<sup>23</sup>, produzida pela agência Conteúdo Estadão e publicada em cinco portais de notícias, em

<sup>22</sup> Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52043112>

<sup>23</sup> Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,por-que-isolamento-vertical-e-visto-com-ceticismo,70003252797>

30 de março, fica evidente o uso do argumento especialista no discurso contra o distanciamento:

*Defendido pelo presidente Jair Bolsonaro, o chamado “isolamento vertical” da população é uma teoria minoritária entre cientistas e vista com ceticismo pela comunidade médica. Consiste na separação daqueles que estão no grupo de risco à exposição ao vírus, como maiores de 60 anos e portadores de doenças crônicas (UOL, 30/03).*

Apesar de no título o artigo apontar para o ceticismo, o corpo do texto traz uma pluralidade de opiniões, sob a dicotomia prós-contras e vantagens-desvantagens dessa estratégia, retomando inclusive a discussão da imunidade de rebanho e as razões pelas quais ela foi descartada no Reino Unido. O dado mais interessante da notícia é a aproximação dos apoiadores de Bolsonaro de Donald Trump. Após informar que o presidente norte-americano havia recomendado o distanciamento extremo, em seguida à divulgação do estudo do Imperial College, no dia 16 de março, o artigo acrescenta que Trump voltara a defender a rápida retomada das atividades nos Estados Unidos, projetando uma flexibilização em dez dias. Isso acabou não acontecendo, mas repercutiu entre bolsonaristas:

*Trechos do vídeo com essa fala do americano [Trump] foram veiculados por apoiadores de Bolsonaro no Brasil, como um suposto sinal de que os americanos relaxarão as medidas. Após ser criticado, Trump recuou e disse que a data para reabrir o país é apenas uma sugestão, mas que o fim do isolamento social não acontecerá sem respaldo dos cientistas. Anteontem, Trump afirmou que cogita estabelecer quarentena oficial para Estados como Nova York (onde está a maioria dos casos), New Jersey e Connecticut.*

Fica evidente nesse texto como os discursos negacionistas de Trump e Bolsonaro estão alinhados e, ao mesmo tempo, como os ambientes de grande conectividade das redes sociais retroalimentam as bases de apoio de ambos. Porém, ao indicar novo recuo de Trump, demonstra também que o negacionismo deste esteve, naquele momento, mais vulnerável aos argumentos científicos e médicos a favor do distanciamento social. A impressão que temos é que Trump oscila: ora nega a leitura científica sobre a gravidade da pandemia em seus discursos e ações, ora aceita as informações dos cientistas, diferenciando-se assim de Bolsonaro, irredutível em suas posições negacionistas desde o início da epidemia no Brasil.

#### **Adesão e naturalização midiática do “isolamento vertical”**

Nas 11 matérias analisadas no descritor 3 (Isolamento vertical), isolamento vertical aparece como um tipo de distanciamento social específico, o que permite inferir a adesão midiática irrestrita à terminologia, nucleadora da totalidade da informação veiculada nos dois *corpora*. Instrumentais, 10 dos 11 títulos foram construídos em torno das noções de funcionamento/operação do modelo, buscando explicar o que é isolamento vertical, suas vantagens, desvantagens e seus riscos.<sup>24</sup>

Aventamos algumas hipóteses que podem ter contribuído para isso: a natureza generalista e a precarização do jornalismo de massa brasileiro; a ausência de epidemiologistas como fonte das matérias, já discutidas neste trabalho; e o didatismo empregado no enquadramento dos textos, anunciado desde os títulos.

Essa preocupação pedagógica evidencia o esforço do jornalismo de traduzir para o leitor, tomado sempre como leigo, o conhecimento técnico-científico nos termos empregados no noticiário. Esse didatismo – que legitima o jornalismo “[...] como o lugar de ‘poder mostrar’, de ‘poder dizer’ e de ‘poder analisar’ (...) como um lugar de mediação e de revelação da verdade” (VIZEU, 2009, p. 77) – pode ter contribuído particularmente para a produção do sentido de “isolamento vertical” como uma estratégia de consenso validado cientificamente e “espelho” de uma suposta realidade epidemiológica, asséptica e neutra.

É preciso, contudo, problematizar a naturalização midiática de “isolamento vertical” para expressar medidas de distanciamento social (quarentena, cinturão sanitário, *lockdown*). Em primeiro lugar, a terminologia confunde dois modelos distintos de atenção a epidemias. Nos consensos científicos consagrados do campo da saúde, inclusive o brasileiro, o termo isolamento é usado para designar o cuidado dispensado ao paciente infectado e sintomático, sendo, portanto, um modelo de atenção individual, do campo da clínica médica; já distanciamento convoca um cuidado coletivo/populacional, de filiação epidemiológica.

<sup>24</sup> Os títulos dos artigos (descritor 3): **O que é** o isolamento vertical contra o corona vírus, **O que é** o isolamento vertical que Bolsonaro quer e por que especialistas temem que cause mais mortes?, Isolamento vertical **funciona?** A realidade já respondeu essa questão, diz médico; **O que é** o isolamento vertical e por que ele pode não funcionar; **O que é** isolamento vertical (e por que essa não é uma boa ideia)?; O que é isolamento vertical (**e por que essa não é uma boa ideia**)? Isolamento horizontal x vertical: **conheça os prós e contras** das estratégias para conter o coronavírus; Saúde alerta para transição temerária, mas vê **possível isolamento vertical em locais pouco afetados**; e **Quais os riscos** de adotar só o isolamento vertical, proposto por Bolsonaro; O que é o isolamento vertical que Bolsonaro quer e **por que especialistas temem** que cause mais mortes?; Especialistas: **características do Brasil não permitem** o isolamento vertical; Saúde alerta para **transição temerária**, mas vê possível isolamento vertical em locais pouco afetados; Turquia amarga **drásticas consequências** do isolamento vertical.

O uso de “isolamento social” no lugar de distanciamento social é também um equívoco semântico porque assentado em uma falsa sinonímia. Na língua portuguesa “isolar” significa separar, segregar e confinar uma pessoa de todas as demais de seu convívio social – nos dicionários brasileiros, inclusive, entre exemplos de isolar está a atividade médica destinada ao tratamento de pacientes com doenças contagiosas. Por outro lado, distanciamento é o ato ou efeito de afastar pessoas/grupos sociais, nucleado pela noção de espaçamento físico de grupos de pessoa e não de segregação.

Ao tomar um termo pelo outro e naturalizar uma hipótese teórica não validada pela comunidade científica, a mídia brasileira legitimou o termo isolamento social junto ao senso comum. E isso pode ter contribuído para a construção de um sentido pejorativo da estratégia do distanciamento social, ampliando ainda mais as resistências a essa medida pela população.

### **Isolamento vertical, negacionismo e eugenismo**

O discurso negacionista mundial não apenas está alinhado à anticiência como ressoa uma marca mais ou menos homogênea de eugenismo. No Brasil não é diferente. Movimento social e científico de melhoramento da raça humana que emergiu no final do século XIX e foi amplamente experimentado pelo regime nazista alemão, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), chegou ao país em 1918, com a criação da Sociedade Eugênica de São Paulo. Em torno dela, reuniram-se intelectuais de diferentes áreas, destacadamente da medicina e dos serviços públicos de saúde, que sob a tríade saneamento, higiene e eugenia sustentou um projeto amplo e geral de progresso civilizacional (Maciel, 1999), com um papel fundamental do saber médico.

A regeneração racial se daria por três formas de eugenia: a positiva, a negativa e a preventiva. Esta última, também chamada pelos eugenistas brasileiros de higiene profilática, confundia-se com princípios de saneamento rural e urbano, supressão dos vícios sociais, como o alcoolismo, controle da imigração e dos matrimônios e esterilização compulsória de “degenerados”. Nos anos 1930, o principal ativista do eugenismo brasileiro, Renato Kehl, assumiu abertamente uma posição favorável a algumas medidas adotadas pelo movimento eugenista alemão (Kobayashi et al., 2009).

Assim, o ideário eugenista mundial encontrou-se com o higienismo-positivista brasileiro formando um novo e muito atuante campo, o médico-higienista, protagonista e disseminador dos elementos eugênicos que marcariam as ações de saúde pública

brasileira ao longo das décadas seguinte – e que perdura até hoje em muitas práticas, sobretudo no campo da assistência. Sob essa racionalidade científica, foram implementados “[...] projetos de cunho eugênico que pretendiam eliminar a doença, separar a loucura e a pobreza” (Schwarcz, 1993, p. 34), tendo como foco, principalmente, imigrantes, negros e pobres (Diwan, 2007). Atuando de forma intensiva, os médicos higienistas cumpriram “[...] o que imaginavam ser uma missão regeneradora nacional, exercendo cargos, desempenhando tarefas, ocupando posições estranhas à medicina”, e veiculando a certeza “[...] de poder acabar com as máculas da nação, colaborando em todo o conjunto administrativo e social do Brasil” (Mota, 2003, p. 21).

Desde o início da transmissão comunitária do sars-cov-2 no Brasil é possível observar essa memória eugenista no negacionismo de Bolsonaro, sobretudo a partir da sua defesa do isolamento vertical. À medida que governadores e prefeitos decretavam oficialmente o distanciamento social, a posição do presidente foi se radicalizando. É o que se depreende da matéria “Bolsonaro volta a minimizar covid-19 e diz que Saúde estuda isolamento vertical”<sup>25</sup>, publicada no portal de jornalismo econômico *IstoÉ Dinheiro*, em 26 de março. Nela, volta a dizer que “*alguns governadores e prefeitos erraram na dose*” das medidas de contenção, reivindicando a reabertura de todos os setores da economia:

*“E fazer uma campanha fique em casa. Não deixa o vovô sair de casa, deixa em um cantinho. Quando voltar toma banho, lava as mãos, passa álcool na orelha. É isso daí”, declarou.*

Nesse excerto Bolsonaro desumaniza o idoso, principal alvo da sua estratégia de isolamento vertical, coisificando sua existência diante da epidemia. Em sua ambição pela manutenção da ordem capitalista, o presidente trata esse sujeito (o idoso) como objeto sem vontade própria que deve ser segregado em um “cantinho”, retirando dele “suas características individuais, maleáveis, únicas” e o transformando “em cascas vazias, representações de si mesmos que, aparentemente, deixam de ser cobertas pelo Estado de direito” (Souza, 2017, p. 70).

No mesmo artigo, ao comentar as situações críticas de outros países e as perspectivas sobre como a doença se manifestaria no Brasil, Bolsonaro volta a investir na retórica da desumanização:

---

<sup>25</sup> Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/bolsonaro-volta-a-minimizar-covid-19-e-diz-que-saude-estuda-isolamento-vertical/>

*“Acho que não vai chegar a esse ponto, até porque o brasileiro tem que ser estudado, não pega nada. Vê o cara pulando em esgoto, sai, mergulha e não acontece nada”.*

Essa fala remete diretamente às classes sociais mais vulneráveis do Brasil que, por suas condições de extrema pobreza, estão sujeitas a relações de produção extremamente precarizadas. Assim, é possível identificar no discurso do presidente uma equivalência entre homens e ratos, habitantes imunes aos esgotos. Essa perspectiva, por sua vez, remete à metáfora do homem-caranguejo, criada pelo médico e geógrafo Josué de Castro para designar uma nova espécie de brasileiros, os excluídos dos processos de produção que tiravam dos mangues da cidade do Recife sua subsistência, confundindo-se com os caranguejos dos quais se alimentavam<sup>26</sup>. Mais tarde, nos anos 1990, seguindo os rastros do homem-caranguejo, emergiu o homem-gabiru, hipérbole para designar o homem do campo expulso da terra pelo latifúndio, que passou a integrar as favelas urbanas, levando sempre consigo uma velha conhecida, a fome (Portella et al., 1992; Melo Filho, 2003). Do tupi wa'wiru, gabiru significa o que devora mantimentos, que vive de lixo, pede esmolas, causa repugnância, ataca e rouba (Portella et al., 1992). Essa fala também permite uma leitura de que esse sujeito pode ser deixado à própria sorte, que não precisa das ações de um Estado protetor já que é, por sua natureza animalesca, um resistente.

Além da fragilidade teórica da proposta de Bolsonaro, as notícias analisadas demonstram também que ela era inexequível justamente pelas desigualdades socioeconômicas do Brasil. Na matéria “Isolamento vertical proposto por Bolsonaro pode acelerar contágios por coronavírus e comprometer sistema de saúde”<sup>27</sup>, publicada em 25 de março no portal do *El País Brasil*, especialistas em saúde e entidades médicas alertam para os riscos de aceleração do contágio e rápido comprometimento do sistema de saúde brasileiro:

*“A ideia teórica do isolamento vertical é de que você podia deixar os jovens circulando. Eles se infectariam e poderiam ficar imunes. Mas não sabemos como isso funciona com a Covid-19 nem conseguimos garantir o isolamento exclusivo de um grupo específico”, alerta o médico Valdes Bollela, professor Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto. (...) Você acha que se consegue separar todas as pessoas [dos grupos de risco] que são jovens das*

<sup>26</sup> A noção de homem-caranguejo emerge das principais obras de Josué de Castro: *Geografia da fome* (1948), *Geopolítica da fome* (1951), *Documentário do Nordeste* (1957), *Fatores de localização da cidade do Recife* (1957) e *Homens e caranguejos* (1967), este um romance autobiográfico.

<sup>27</sup> Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-25/isolamento-vertical-proposto-por-bolsonaro-pode-acelerar-contagios-por-coronavirus-e-comprometer-sistema-de-saude.html>

*que têm mais de 60 anos? (...) Gente com HIV, diabetes e idosos que contam com seus familiares? Não consigo imaginar isso na vida real. Numa ideia teórica, é possível. Na prática, é uma armadilha (...) No Brasil, muita gente depende justo dos cuidados dos filhos”.*

Sobre o isolamento de idosos, em notícia publicada em 25 de março, no portal da *CNN Brasil*, junto com o vídeo de entrevista coletiva acima mencionada, intitulada “Bolsonaro vai propor isolamento vertical para conter coronavírus”<sup>28</sup>, estão registradas outras falas no mesmo sentido:

*[...] cada família deve ser responsável pelos seus parentes. “O povo tem que parar de deixar as coisas em cima do poder público”, afirmou. (...) Ele ressaltou que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, segue uma “linha semelhante” quanto às medidas para conter a doença, em referência ao discurso de ontem do norte-americano de que pretende encerrar a quarentena nos EUA “até a Páscoa”.*

É possível observar nesses trechos o menosprezo de Bolsonaro pelas características sociais excludentes do Brasil, cuja extrema desigualdade social tornaria impossível isolar completamente idosos e pessoas com comorbidades de seus familiares, conforme pontuou o médico Bollela, no *El País*. Ainda, indicam claramente sua posição em dois aspectos: o primeiro, priorizar a economia – o que realmente importa é manter as pessoas trabalhando e gerando renda e impostos; o segundo, isentar o Estado das consequências da sua omissão diante dos riscos aos quais os idosos podem estar submetidos, ou seja, a vida ou a morte deles não é problema do poder público e, sim, das suas famílias. Além disso, a referência ao presidente dos Estados Unidos é usada para legitimar e fortalecer os seus argumentos e transmitir a ideia de que há um consenso entre ambos sobre a pandemia, reforçando a tese de que o isolamento vertical seria uma estratégia viável, pois adotada por um país desenvolvido.

A matéria é curta e utiliza um tom neutro, mas remete a vários links, inclusive quando informa que Bolsonaro é alvo de protestos de uma parte dos brasileiros que se mantinha em distanciamento social e de críticas de políticos:

*A fala [referindo-se ao vídeo da coletiva de imprensa postado no início da matéria e já citado nesta análise] – durante a qual houve registros de panelaços em diversas capitais do país – desencadeou críticas de secretários de saúde, autoridades e políticos (CNN BRASIL, 25/03).*

---

<sup>28</sup> Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/03/25/bolsonaro-nao-estou-preocupado-com-a-minha-popularidade>



O portal visibiliza as falas do presidente sem a preocupação de refletir sobre elas nem apontar seus efeitos nefastos para a saúde da população.

Na matéria “Bolsonaro defende isolamento vertical e sugere que país pode ‘sair da normalidade democrática’”<sup>29</sup>, produzida pela agência internacional de notícias Ansa e publicada no portal do jornal *O Globo* (25/03), o presidente também faz o que pode ser considerada a sua primeira ameaça de ruptura democrática, sob o argumento de que as medidas de distanciamento social provocariam uma crise econômica de enormes proporções, o que poderia levar a convulsões sociais.

*“[...] o que aconteceu no Chile [movimento de rua que marcou o cenário chileno ao longo de meses] vai ser fichinha perto do que pode acontecer no Brasil. Todos nós pagaremos um preço que levará anos para ser pago, se é que o Brasil não possa ainda sair da normalidade democrática que vocês tanto defendem, ninguém sabe o que pode acontecer no Brasil” (...) “O caos faz com que a esquerda aproveite o momento para chegar ao poder”.*

Ao tratar um evento cientificamente legitimado – a existência de uma epidemia de proporções planetárias – como uma “desculpa” da esquerda brasileira para tomar-lhe o poder, Bolsonaro apresenta o quarto elemento característico do negacionismo: a identificação de conspirações nos consensos da ciência. Para conspiracionistas, a validação da ciência não é resultado de consensos entre cientistas com base em evidências, mas sim do envolvimento destes em uma conspiração complexa e secreta (Hoofnagle e Hoofnagle, 2007). Nesse sentido, o processo de revisão por pares “[...] é visto como uma ferramenta pela qual os conspiradores suprimem a dissidência, ao invés de um meio de eliminar papéis e conceder pedidos sem suporte de evidências ou sem raciocínio lógico” (Diethelm e Mckee, 2009; tradução nossa).

#### **“E daí?”: considerações sobre um discurso eugenista**

O negacionismo tem diferentes motivações – econômicas, políticas, pessoais, ideológicas ou religiosas –, mas em comum rejeita qualquer tese incompatível com as crenças fundamentais de quem as professa. Como demonstraram as análises, uma primeira dimensão do negacionismo de Jair Bolsonaro sobre a epidemia do sars-cov-2 é assentada na ideia de que os efeitos de uma crise econômica seriam piores do que as

---

<sup>29</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-defende-isolamento-vertical-sugere-que-pais-pode-sair-da-normalidade-democratica-24327038>

consequências graves da própria doença à vida das pessoas. Como visto neste trabalho, esse discurso está alinhado com o de outros líderes negacionistas, como o presidente Donald Trump e o primeiro-ministro Boris Johnson – estes, diferentemente do presidente brasileiro, oscilando ao longo da pandemia entre aceitar os argumentos científicos a favor da saúde da população e priorizar a economia.

Do argumento econômico, contudo, emerge uma segunda dimensão do discurso bolsonarista, o eugenismo. Sob a terminologia isolamento vertical, naturalizada e legitimada midiaticamente, o presidente brasileiro coisifica a parte mais vulnerável da população, estabelecendo uma régua moral segundo a qual, diante das necessidades de manutenção das relações de produção capitalista, algumas vidas valem menos do que outras, e isso bastaria para justificar o seu sacrifício.

Importante dizer que essa postura discursiva não é casual tampouco caótica. Ela tem um método que, inclusive, ajudou a eleger Bolsonaro<sup>30</sup>, conhecido por manifestações racistas, misóginas, sexistas e xenófobas. Em 2017, ainda durante a campanha eleitoral para a presidência, o então parlamentar prometeu acabar com todas as demarcações de terra para povos originários<sup>31</sup>: “Pode ter certeza de que, se eu chegar lá (...) Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola”. No mesmo evento fez comentários pejorativos e gordofóbicos: “Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas (arroba é uma medida usada para pesar gado; cada uma equivale a 15 kg). Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve”. Ironicamente, a fala, que arrancou gargalhadas da plateia, foi feita na Hebraica, do Rio de Janeiro, uma das mais tradicionais associações judaicas do país.

No rastro da ascensão do populismo de direita que nos últimos anos beneficiou outros líderes ao redor do mundo, Bolsonaro foi eleito pela retórica antissistema, explorando medos e preconceitos dos eleitores comuns, minando a credibilidade de partidos políticos tradicionais e instituições democráticas e normalizando discursos discriminatórios, graças à capilaridade das suas mídias sociais, que ele e seu grupo manejam com maestria – e assessoria de Steve Bannon, ex-vice-presidente da Cambridge Analytica (Ricard e Medeiros, 2020). Ao assumir a presidência da República, em janeiro

---

<sup>30</sup> Aposentado como capitão do Exército brasileiro aos 33 anos, Bolsonaro é político profissional há mais de 30 anos. Antes de se tornar presidente, foi vereador da cidade do Rio de Janeiro e, depois, elegeu-se deputado federal ao longo de 27 anos. Durante todo esse período apresentou apenas dois projetos de lei.

<sup>31</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/bolsonaro-e-acusado-de-racismo-por-frase-em-palestra-na-hebraica/>

de 2019, ele não apenas radicalizou essa retórica como, em muitos casos, a transformou em política de Estado – já nos primeiros dias de seu governo acabou com estruturas e programas de proteção social e ambiental; sob Bolsonaro, por exemplo, o reconhecimento de quilombos caiu ao menor patamar da história<sup>32</sup>.

Em 18 de março, em entrevista à Fox News<sup>33</sup>, durante visita oficial aos Estados Unidos, de onde a maior parte de sua comitiva voltou infectada por sars-cov-2, Bolsonaro atacou imigrantes para defender o projeto de Trump de construir de um muro na fronteira dos EUA com o México: “A grande maioria dos imigrantes não tem boas intenções nem quer fazer o bem aos americanos”. Vale lembrar que há mais um milhão de brasileiros vivendo nos EUA. Assim, o alinhamento da política migratória de Bolsonaro à do presidente norte-americano – que em dezembro de 2019 chamou Haiti, El Salvador e países africanos de “buracos de merda” – indica “um viés racista, não por acaso os imigrantes em sua maioria são pessoas negras ou indígenas, de países de maioria populacional não branca. Tem uma lógica eugenista, racista, de questão étnica”, diz na mesma notícia Dennis Oliveira, professor de jornalismo da Universidade de São Paulo (USP) e ativista da Rede Quilombação.

À medida que a crise sanitária brasileira se agravava, o eugenismo de Bolsonaro foi se tornando mais explícito, até desembocar numa manifestação emblemática: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre”<sup>34</sup>. Dita para um grupo de jornalistas e apoiadores na frente do Palácio da Alvorada, na noite de 28 de abril, quando o Brasil atingiu 5.017 óbitos oficiais, a frase foi seguida de uma manifestação perturbadora sobre a gravidade da covid-19 entre idosos: “Lamento a situação que nós atravessamos com o vírus. Nos solidarizamos com as famílias que perderam seus entes queridos, que a grande parte eram pessoas idosas. Mas é a vida. Amanhã vou eu [morrer]”

### Considerações finais

Os números da epidemia no Brasil, segundo no ranking mundial, liderado pelos Estados Unidos, indicam que o projeto eugenista está sendo bem-sucedido, já que em 5 de junho a CNN informou que morrem 40% mais negros que brancos de covid-19 no

---

<sup>32</sup> Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2020/06/23/sob-bolsonaro-reconhecimento-de-quilombolas-cai-ao-menor-patamar-da-historia.htm>

<sup>33</sup> Disponível em: <https://ponte.org/eugenia-2-0-a-politica-migratoria-de-bolsonaro/>

<sup>34</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/e-dai-nao-faco-milagres-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-covid-19/>

Brasil<sup>35</sup>. Apesar do país não ter adotado oficialmente a política de isolamento vertical proposta por Bolsonaro, porque o Supremo Tribunal Federal decretou que os Estados e municípios têm autonomia para adotar as medidas de distanciamento social, o governo Bolsonaro continuou boicotando as ações dos governadores e prefeitos para conter a disseminação do vírus. O boicote pode ser observado nos decretos presidenciais que ampliaram as atividades consideradas essenciais, na morosidade de implementação do auxílio econômico emergencial às pessoas que ficaram sem renda, na ausência de programas efetivos de subsídios para as pequenas empresas e, claro, nos discursos de Bolsonaro que reverberam no país tanto pelas mídias de massa quanto pelas redes sociais.<sup>36</sup>

Até a conclusão deste artigo, o Ministério da Saúde seguia sob o comando interino de um general que, como Bolsonaro, também assumiu uma postura negacionista. Em 20 de maio, sob essa gestão, o ministério publicou o protocolo<sup>37</sup> recomendando a cloroquina/hidoxicloroquina para casos leves, moderados e graves de covid-19. Apesar de não haver evidências científicas fortes sobre a eficácia dessa medicação, o governo Bolsonaro mantém seu uso como padrão de assistência no SUS. Desde o início de junho<sup>38</sup>, o governo vem alterado a forma e o horário de divulgação os boletins epidemiológicos que atualizam os casos de infecção e óbitos pela doença, anunciando também a adoção de nova metodologia de divulgação dos dados que inviabilizará a comparação com os números anteriores e, conseqüentemente, o acompanhamento da evolução da covid-19 no país. Um dos objetivos dessa estratégia é reduzir a visibilidade das mortes e desinformar a população. Nessa mesma direção, a Secretaria de Comunicação Social criou “placar da vida”, um boletim divulgado exclusivamente nas redes sociais da presidência, destacando o número de casos recuperados e omitindo o de mortes.

Além dessas ações, os discursos negacionistas do presidente que reverberam no país tanto pelas mídias de massa quanto pelas redes sociais têm efeito direto no comportamento da população em relação ao distanciamento social, como demonstraram Ajzenman et al. (2020).

---

<sup>35</sup> Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/06/05/negros-morrem-40-mais-que-brancos-por-coronavirus-no-brasil>

<sup>36</sup> Disponível em: [https://www.huffpostbrasil.com/entry/mortes-covid-19-25-junho\\_br\\_5ef4b64cc5b66c3126832ef9](https://www.huffpostbrasil.com/entry/mortes-covid-19-25-junho_br_5ef4b64cc5b66c3126832ef9)

<sup>37</sup> Disponível em: <https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/May/20/orientacoes-manuseio-medicamentoso-covid19.pdf>

<sup>38</sup> Para saber mais veja a matéria: “[https://www.huffpostbrasil.com/entry/mortes-covid-19-25-junho\\_br\\_5ef4b64cc5b66c3126832ef9](https://www.huffpostbrasil.com/entry/mortes-covid-19-25-junho_br_5ef4b64cc5b66c3126832ef9)”

Nesse cenário, o nosso estudo demonstrou que a mídia de massa brasileira ainda está presa à noção de dois lados de um evento, dando equivalência a ambos, mesmo quando um deles é assumidamente negacionista da ciência. Esse posicionamento, em geral justificado pela busca de neutralidade na cobertura, possibilitou a disseminação de falsas premissas mascaradas de ciência e, de certo modo, fortaleceu o projeto negacionista e eugenista de Bolsonaro. Isso porque, como afirmam Happer e Philo (2013), a mídia desempenha um papel central na difusão de informações e no processo de focalização das pessoas para determinado assunto, bem como na definição da agenda pública.

Outro aspecto identificado na pesquisa diz respeito às características do método adotado por Bolsonaro desde as eleições, e que perduram neste seu ano e meio de mandato: a verborragia discursiva, não raro grotista e sempre de apelo populista, de que a mídia brasileira parece ter se tornado refém. E, ao amplificar os discursos do presidente, a mídia o coloca simbolicamente no centro e na coordenação das medidas de controle da epidemia no Brasil, um papel que definitivamente ele nunca desempenhou. Nesse sentido, concordamos com Rosen (2020) e Smith (2020), que identificaram o mesmo fenômeno na cobertura midiática do coronavírus nos Estados Unidos e apontaram para a necessidade de retirar o protagonismo do presidente Trump das notícias sobre o tema.

À guisa de conclusão, importante destacar ao menos uma reação efetiva ao negacionismo bolsonarista. Em junho, diante da proposta do Ministério da Saúde de apresentar dados incompletos sobre a covid-19, os seis grandes jornais e portais de notícias do país uniram-se para compilar, sistematizar e divulgar diariamente os dados das Secretarias Estaduais de Saúde<sup>39</sup>, assegurando maior fidelidade e transparência dos números, atuando assim como fiscalizadores do poder público e garantindo a disseminação de informações corretas. Mas, numa crise sanitária da magnitude da atual, é preciso muito mais do que visibilizar os números. Os jornais e os portais de notícias têm um papel crucial, já que as informações que produzem e veiculam orientam os comportamentos coletivos e individuais (Stevens e Hornik, 2014). Logo, é fundamental que os jornalistas assumam uma postura crítica e saibam identificar as múltiplas faces do negacionismo, explicitando os efeitos nefastos de políticas eugenistas para a saúde população.

---

<sup>39</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/eqilibrioesaude/2020/06/congressistas-e-entidades-elogiam-consorcio-de-imprensa-para-coletar-dados-da-covid-19.shtml>

## References

AJZENMAN, N., CAVALCANTI, T., and Da MATA, D. (2020). More than words: leaders' speech and risky behavior during a pandemic, available at: <https://ssrn.com/abstract=3582908> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3582908> [Accessed June 30th, 2020].

DIETHELM, P., and McKEE, M. (2009). Denialism: what is it and how should scientists respond? Eur J Public Health. 19:1, 2-4, available at: <https://academic.oup.com/eurpub/article/19/1/2/463780>

DIWAN, P. (2007). Raça pura. Uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto.

GELBSPAN, R. (1998). The heat is on: the climate crisis, the cover-up, the prescription. Cambridge (MA): Perseus Press.

HAAK, Van D. B., PARKS, M., and CASTELLS, M. (2012). "The future of journalism: networked journalism. Int. J. Commun. 6, 2923-38.

The Role of the Media in the Construction of Public Belief and Social Change  
HAPPER, C., E PHILO G. (2013). The role of the media in the construction of public belief and social change. J. Soc. Political Psychol. 1(1). doi: 10.5964/jspp.v1i1.96

HOOFNAGLE, M., and HOOFNAGLE, C. (2007). Hello and welcome to denialism blog, available at: <https://scienceblogs.com/denialism/about> [Accessed June 12th, 2020].

HANNAH, MG, HUTTA, JS, and SCHEMANN, C (2020). Thinking through covid-19 responses with Foucault – an initial overview. Antipode online, available at: <https://antipodeonline.org/2020/05/05/thinking-through-covid-19-responses-with-foucault/> [Accessed May 30th, 2020].

LAW, J, and MOL, A. (2002). Complexities: social studies of knowledge practices. Durham: Duke University Press.

Kobayashi, E., Faria, L., and Costa, M. C. (2009). Eugenics and the Rockefeller Foundation in Brazil: health as an instrument of national regeneration. Sociologias. 11:22, 314-51, available at: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222009000200012&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222009000200012&script=sci_arttext) [Accessed May 25th, 2020].

**Comentado [C1]:** NÃO ESQUECER DE INSERIR AS REFERÊNCIAS NOVAS.

**Código de campo alterado**

**Código de campo alterado**

**Código de campo alterado**

**Código de campo alterado**

**Código de campo alterado**

**Código de campo alterado**

LISBOA, S., and BENETTI, M. (2015). Journalism as justified true belief. Brazilian Journal. Res. 11:2- 2015, 10-29, available at <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/664/666> [Accessed May 25th, 2020]

Código de campo alterado

MACIEL, M. E. de S. (1999). Eugenics in Brazil, available at: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31532/000297021.pdf?sequence=1>; <https://www.vix.com/pt/ciencia/547185/o-que-foi-o-movimento-de-eugenia-no-brasil-tao-absurdo-que-e-dificil-acreditar> [Accessed May 13th, 2020]

Código de campo alterado

Código de campo alterado

MALINVERNI, C., CUENCA, A. M. B., BRIGAGÃO, J. I. M. (2012). Media epidemics: sense production and social configuration of yellow fever in the journalistic coverage, 2007-2008. Phisys. 22:3, 853-72, available at: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73312012000300002](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312012000300002) [Accessed May 2th, 2020]

Código de campo alterado

MELO FILHO, D. A. de. (2003). Swamps, men and crabs in Josué de Castro: meanings and their unfolding. Hist. cienc. saude-Manguinhos. 10:2, 505-24, available at: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702003000200002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702003000200002&script=sci_abstract&tlng=pt) [Accessed June 13th, 2020]

Código de campo alterado

MENEZES, A. P. R., MORETTI, B., REIS, A. A. C. (2019). O futuro do SUS: impactos das reformas neoliberais na saúde pública – austeridade versus universalidade. Saúde Debate, 43:5, 58-70. doi: <https://doi.org/10.1590/0103-11042019s505>

MEZZADRA, S. (17 March 2020). Politics of struggles in the time of pandemic. Verso, 17 March, available at: <https://www.versobooks.com/blogs/4598-politics-of-struggles-in-the-time-of-pandemic> [Accessed June 26th, 2020]

PITTS, L. (2018). “Both sides-ism” a big problem in journalism. The Post and Courier, Set 15<sup>th</sup>, available at: [https://www.postandcourier.com/opinion/commentary/both-sides-ism-a-big-problem-in-journalism/article\\_9bab8232-b6bd-11e8-84ca-5784be02719c.html](https://www.postandcourier.com/opinion/commentary/both-sides-ism-a-big-problem-in-journalism/article_9bab8232-b6bd-11e8-84ca-5784be02719c.html) [Accessed May 26th, 2020]

Código de campo alterado

ROSN, J. (2020). Five improvements in the design of coronavirus coverage. Press Think, April 19<sup>th</sup>, available at: <https://pressthink.org/2020/04/five-improvements-in-the-design-of-coronavirus-coverage/> [Accessed June 30th, 2020]

Código de campo alterado

ROSEN, J. (2010). The view from nowhere: questions and answers. Press Think, Nov 10<sup>th</sup>, available at: <https://pressthink.org/2010/11/the-view-from-nowhere-questions-and-answers/> [Accessed March 26th, 2020]

Comentado [C2]: CORRIGIR DATA: 2010 E NÃO 2014.

Código de campo alterado

ROSEN, J, MERRIT, D. B., and AUSTIN, L. (1997). Theory and practice: lessons from experience. Dayton (Ohio): Kettering Foudation, available at: <https://www.kettering.org/sites/default/files/product-downloads/Public%20Journalism.pdf> [Accessed March 14th, 2020]

Código de campo alterado

MOTTA, L. G. Enquadramentos lúdico-dramáticos no jornalismo: mapas culturais para organizar conflitos políticos, available at: <https://pt.scribd.com/document/78063603/4134> [Accessed March 14th, 2020]

MOTA, A. (2003). Quem é bom já nasce feito: sanitismo e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A.

PORTELLA, T, AAMOT, D., and PASSAVANTE, Z. (1992). Homem-gabiru: catalogação de uma espécie. São Paulo: Hucitec.

RICARD, J. MEDEIROS, J. (2020). Using misinformation as a political weapon: covid-19 and Bolsonaro in Brazil. The Harvard Kennedy School Misinformation Review, 1:2. doi: <https://doi.org/10.37016/mr-2020-013>

SOUZA, H. B. (2017). The Medusa's sight: reification and politics reconfiguration trough art teaching and scenic practice. Moringa. 8:2, 69-80. doi: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2177-8841.2017v8n2.37769>

SPINK, M. J. (Ed.). (2004). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano. São Paulo, SP: Cortez. 278p.

SCHWARCZ, L. M. (1993). O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras.

SMITH, B. (2020). Trump has begun his corona campaign. We don't have to play along. The New York Times. April 19<sup>th</sup>, available at: <https://www.nytimes.com/2020/04/19/business/media/donald-trump-coronavirus-campaign-media.html> [Accessed March 31<sup>th</sup>, 2020]

STEVENS, R., and HORNIK, R. (2014). AIDS in black and white: the influence of newspaper coverage of HIV/AIDS on HIV/AIDS testing among african americans and white americans, 1993–2007. J Health Commun. 19(8): 893-906, available at: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4126885/#R28> [Accessed March 12<sup>th</sup>, 2020]

TRAQUINA, N. (2007). O que é jornalismo. Lisboa: Quimera.

THOMPSON, J. B. (2014). A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

TUCHMAN, G. (1983). La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona: Gili.

VIZEU, A. (2009). O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica. Revista Famecos. 40.

VUKASOVICH, C., and VUKASOVICH, T. D. (2016). Humanitarian intervention, a predictable narrative? A comparative analysis of media narratives from Serbia to Syria. Glob. Media Commun. 12:3, 311-31 doi: <https://doi.org/10.1177/1742766516653163>

WETHERELL, M., and POTTER, J. (1988). "Discourse analysis and the identification of interpretive repertoires", in "Analysing everyday explanation: a casebook of methods", ed. C. Antaki (Newbury Park, CA: Sage), 168-83.

Código de campo alterado

Formatado: Inglês (Estados Unidos)

Código de campo alterado

Código de campo alterado

Código de campo alterado